

LUSO PARTNERS
SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

Relatório de Gestão
e
Anexo às Demonstrações Financeiras

Exercício de 2013

Março / 2014

ÍNDICE

1. Órgãos Sociais
2. Relatório do Conselho de Administração
 - Atividade de Exploração e Resultados
 - Proposta de Aplicação de Resultados
 - Perda de metade do capital social
 - Perspetivas para 2014
 - Agradecimentos
3. Órgãos Sociais e Participações Qualificadas
4. Demonstrações Financeiras Individuais
5. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais
6. Relatório e Parecer do Fiscal Único
7. Certificação Legal de Contas

1. ÓRGÃOS SOCIAIS

- MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Tomaz de Aquino Viegas de Abranches Lucas de Andrade
de Araújo Parreira Rocha
Secretário: Ana Isabel Almada e Melo de Sousa Refoios

- CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Vogais: Luís Leitão Ricciardi
Jorge Miguel Rodrigues de Oliveira Neves
João Tomás Andrade Rocha de Hortega

- FISCAL ÚNICO

Efetivo: “Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados”
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas,
representada por
José Maria Rego Ribeiro da Cunha
Suplente: Mário Paulo Bettencourt de Oliveira

2. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2013:

1. Atividade de Exploração

1.1. Enquadramento

O ano de 2013 foi marcado pela continuação da “Crise de Dívida Soberana” nos países periféricos da Zona Euro, embora neste último ano, o enfoque tenha sido mais em torno da aproximação do final dos “pacotes de ajuda”, quer da Irlanda, quer de Portugal, sendo que o último apenas terá o seu epílogo em meados de 2014.

Em Portugal, o ambiente económico continuou a ser condicionado por quebras significativas nos rendimentos das famílias e por aumentos muito significativos da carga fiscal, quer dos impostos diretos, quer dos indiretos. Apesar desta realidade, agravada face a 2012, as ações portuguesas, de um modo geral, registaram ganhos no ano, beneficiando de um ambiente económico mais favorável a nível global e da melhoria da perceção do risco de Portugal junto dos investidores estrangeiros.

O foco das atenções dos investidores continuou a centrar-se em países como a Grécia, Irlanda, Portugal, Espanha e Itália, sendo que a situação política e económica em França continuou a ser acompanhada com alguma preocupação. No entanto, e em virtude do aparente sucesso e final dos programas de assistência financeira de Portugal e Irlanda, assim como na ausência de pedidos de ajuda formais da parte de Espanha e Itália, assistimos a uma recuperação significativa dos principais índices acionistas dos mercados desenvolvidos. O índice Pan-Europeu *Euro Stoxx 50* teve uma “performance” positiva de 22.73% durante o ano, o índice *MSCI World* registou ganhos de 27.50%, e o índice *Dow Jones* nos EUA registou uma valorização positiva de 29.65% no mesmo período.

Na área de corretagem, os volumes intermediados sofreram um decréscimo de 8.15%, em grande parte motivado pela diminuição da volatilidade no mercado de Taxa Fixa (Obrigações). No mercado de ações, a quebra dos volumes registada terá estado associada a uma menor exposição dos nossos clientes a este segmento, tendo-se verificado ainda alguma aversão ao risco associada à situação económica do nosso país.

Na área de gestão de patrimónios, os montantes sob gestão baixaram para cerca de Eur 12.500.000, em grande parte devido à saída de clientes de uma Sociedade de Consultadoria para o Investimento que tem um protocolo com a Luso Partners, e não de clientes diretos da Luso Partners. Essas saídas poder-se-ão justificar pela conjuntura económica e social portuguesa, uma vez que assistimos a uma valorização positiva das carteiras, mas que não foi acompanhada por um aumento dos ativos sob gestão. A diminuição dos rendimentos disponíveis das famílias, acompanhada pela quebra nos excedentes de tesouraria das empresas e o aumento significativo da carga fiscal sobre os rendimentos e mais-valias em Portugal, foram fatores que promoveram a quebra nos ativos sob gestão, mantendo-se a parceria com a referida Sociedade de Consultoria para Investimentos.

Na área de distribuição de fundos, a Luso Partners beneficiou de uma inversão da tendência dos últimos anos, tendo-se verificado em 2013 um crescimento dos montantes colocados. Para este facto terá contribuído a melhoria das condições económicas na Zona euro e a descida das “Yields” das obrigações soberanas e diversas, em virtude da melhoria das condições de financiamento dos países do sul da Europa e da aproximação do final dos programas de ajustamento, como já foi referido atrás.

O volume de fundos de investimento da Jupiter Asset Managment colocado pela Luso Partners, era no final de 2012 de cerca de € 9.700.000 e no final de 2013 de cerca de € 28.700.000.

1.2. Proveitos de Exploração

Durante o exercício de 2013, a Luso Partners registou um total de Eur: 661.128 de comissões brutas, as quais, descontadas de um total de Eur: 100.469 de comissões pagas aos intermediários financeiros que nos fornecem o acesso aos vários mercados de intermediação, se saldou num total de comissões líquidas de Eur: 560.659. Ou seja, uma margem de intermediação (comissões líquidas / comissões totais) de 84.8%, contra 82% registados no ano anterior, crescendo assim ligeiramente a margem em virtude do aumento do peso relativo de clientes particulares.

Verificou-se um decréscimo das comissões brutas de 10,67% face ao ano de 2012.

A repartição das comissões de corretagem geradas por mercado foi a seguinte:

Unid: Euros		
	Europa	EUA
Volumes Intermediados	229.051.323	47.972.040

Os valores intermediados no mercado Norte-americano registaram um volume de negócios inferior ao Europeu, voltando à tendência que se verificou durante oito exercícios consecutivos antes de 2012. Este resultado está associado à natural diferença horária.

A Luso Partners - Sociedade Corretora, SA continua a canalizar as suas ordens para os mercados estrangeiros através das suas principais contrapartes, respetivamente, o *Deutsche Bank* (DB) e BES Investimento para os Mercados Europeus e a *LEK Securities* para os EUA.

1.3. Custos de Exploração

A estrutura de custos de exploração da LP Corretora foi a seguinte:

Rubricas	2013	2012	Var (%)
Custos com Pessoal	292.498	288.038	+ 1.55
Gastos Administrativos	265.706	307.964	-13.72
Amortizações	7.228	10.873	-35.52
Total	565.432	606.875	- 6.83

2. Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe, nos termos e para os efeitos da alínea b) do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais que o Resultado Líquido apurado no exercício, correspondente a um prejuízo de Eur 56.309,59 seja transferido para a rubrica de Resultados Transitados.

3. Perda de metade do capital social

Verificámos da análise das contas da Sociedade que metade do capital social se encontra perdido. Assim sendo, importa referir que a Sociedade se enquadra nas condições previstas nos termos do artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais. Esta situação verifica-se quando resulta das contas da Sociedade que o capital próprio da Sociedade é igual ou inferior a metade do seu capital social.

4. Perspetivas para 2014

Depois de um ano em que uma maior propensão ao risco evidenciada pelos investidores foi correspondida com ganhos expressivos na generalidade dos mercados acionistas dos países desenvolvidos, impera agora alguma incerteza relativamente às melhores soluções de investimento numa perspetiva de otimização da relação risco/retorno das carteiras.

O desafio é exigente, uma vez que a aposta em ativos sem risco e os ganhos expressivos verificados em ativos com maior risco promovem alguma desconfiança relativamente à continuação deste cenário de uma forma minimamente sustentada.

O próximo ano deverá ser marcado por níveis de volatilidade elevados, com vários fatores a contribuírem para essa realidade. Na Europa, a união bancária, a resolução da crise da dívida nos países periféricos, as decisões do tribunal constitucional na Alemanha (e em Portugal) e a ameaça de deflação, serão os principais promotores da incerteza no Velho Continente. Nos EUA, o *tapering*, o debate orçamental e também a ameaça de deflação, serão temas a serem alvo de escrutínio por parte dos investidores e que terão impacto significativo na evolução dos mercados financeiros a nível global. Nos mercados emergentes, questões como a alteração do padrão de crescimento na China, eleições no Brasil e a estabilidade política e social vão continuar a condicionar a atuação dos investidores. Resumindo, 2014 será um ano exigente do ponto de vista da gestão, com a diversificação em termos de classes de ativos a ser, no mínimo, desafiante dada a ausência de oportunidades de retorno nos segmentos de menor risco do mercado.

A Luso Partners - Sociedade Corretora, SA continuará a monitorizar as oportunidades de negócio nos mercados onde opera, principalmente através do estabelecimento de parcerias comerciais com outras casas de investimento e angariadores de negócio.

5. Agradecimentos

Uma palavra final de agradecimento aos nossos Clientes, cuja fidelidade esperamos poder continuar a merecer e, também, a todos os Colaboradores cujo empenho e dedicação nos é muito grato reconhecer.

Lisboa, 20 de Fevereiro de 2014

O Conselho de Administração

Luís Leitão Ricciardi (Presidente)

Jorge Miguel Rodrigues de Oliveira Neves

João Tomás de Andrade Rocha de Horta

3. ÓRGÃOS SOCIAIS E PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Lista de Administradores da Sociedade Titulares de Ações da Sociedade à data de 31 de Dezembro de 2013

Lista a que se refere o nº 5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais:

<u>IDENTIFICAÇÃO</u>	<u>QUANTIDADE</u>	<u>PERCENTAGEM</u>
LUÍS LEITÃO RICCIARDI (Presidente do Conselho de Administração)	78.500	39,25%
JORGE MIGUEL DE OLIVEIRA NEVES (Vogal do Conselho de Administração)	11.000	5,5%
JOÃO TOMÁS ANDRADE ROCHA DE HORTEGA (Vogal do Conselho de Administração)	11.000	5,5%

Lista de Acionistas da Sociedade Titulares de Ações Superiores a Um Décimo do Capital Social à data de 31 de Dezembro de 2013

Lista a que se refere o nº 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais:

<u>IDENTIFICAÇÃO</u>	<u>QUANTIDADE</u>	<u>PERCENTAGEM</u>
LUÍS LEITÃO RICCIARDI	78.500	39,25%
MANUEL JORGE ROQUETTE RICCIARDI (HERDEIROS)	74.500	37,25%

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

31 de Dezembro de 2013 e 2012

LUSO PARTNERS - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

Sede: Rua de São Julião, nº 30 - 1100-525 LISBOA

Capital Social - Eur 1.000.000,00

Balço em base individual (NCA)

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Nº de Contribuinte: 505 726 394

€

Rubricas da Instrução 23/2004 (referências indicativas)	Notas / Quadros anexos	Ano			Ano anterior
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido 3 = 1 - 2	
		1	2	3 = 1 - 2	
Activo					
10 + 3300			0	0	0
Caixa e disponibilidades em bancos centrais			0	0	0
11 + 3301	12	2.895.974		2.895.974	3.702.282
Disponibilidades em outras instituições de crédito					
152 (1) + 1548 (1) + 158 (1) + 16 + 191 (1) - 3713 (1)			0	0	0
Ativos financeiros detidos para negociação					
152 (1) + 1548 (1) + 158 (1) + 17 + 191 (1) - 3713 (1)			0	0	0
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados					
153 + 1548 (1) + 158 (1) + 18 + 192 + 34888 (1) - 35221 (1) - 3531 (1) - 53888 (1) - 3713 (1)	13	180.281		180.281	14.730
Ativos financeiros disponíveis para venda					
13 + 150 + 158 (1) + 159 (1) + 198 (1) + 3303 + 3310 (1) + 34018 (1) - 3408 (1) - 350 - 3520 - 5210 (1) - 35221 (1) - 3531 (1) - 5300 - 53028 (1) - 3710			0	0	0
Aplicações em instituições de crédito					
14 + 151 + 1540 + 158 (1) + 190 + 3304 + 3305 + 3310 (1) + 34008 + 340108 + 34880 - 3518 - 35211 - 35221 - 35221 - 3531 - 370 - 3711 - 3712 - 5210 (1) - 53018 - 530208 - 53880			0	0	0
Crédito a clientes					
156 + 158 (1) + 159 (1) + 22 + 3307 + 3310 (1) + 3402 - 355 - 3524 - 3713 (1) - 5210 (1) - 53028 (1) - 5303			0	0	0
Investimentos detidos até à maturidade					
156 + 158 (1) + 159 (1) + 20 + 3306 + 3310 (1) + 3408 - 354 - 3523 - 3713 (1) - 5210 (1) - 5308 (1)			0	0	0
Ativos com acordo de recompra					
21			0	0	0
Derivados de cobertura					
25 - 3580 - 3713 (1)			0	0	0
Ativos não correntes detidos para venda					
26 - 3581 (1) - 360 (1)			0	0	0
Propriedades de investimento					
27 - 3581 (1) - 360 (1)	14	298.692	289.336	9.356	7.992
Outros ativos tangíveis					
29 - 3582 - 3583 - 361	15	137.049	137.049	0	301
Ativos intangíveis					
24 - 357 - 3713 (1)			0	0	0
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos					
300	16	9.149		9.149	6.869
Ativos por impostos correntes					
301			0	0	0
Ativos por impostos diferidos					
12 + 157 + 158 (1) + 159 (1) + 198 (1) + 31 + 32 + 3302 + 3308 + 3310 (1) + 338 + 3408 (1) + 348 (1) - 3584 - 3525 - 371 (1) + 50 (1) (2) - 5210 (1) - 5304 - 5308 (1) + 54 (1) (3)	17	693.610		693.610	3.320.354
Outros ativos					
Total de Activo		4.214.755	426.385	3.788.370	7.052.528

(1) Parte aplicável dos saldos destas rubricas.

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivo se tiver saldo credor.

(3) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no ativo e os saldos credores no passivo.

LUSO PARTNERS - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

Sede: Rua de São Julião, nº 30 - 1100-525 LISBOA

Capital Social - Eur 1.000.000,00

Demonstração de Resultados NCA (Contas individuais)

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Nº de Contribuinte: 505 726 394

		€		
Rubricas da Instrução 23/2004 (referências indicativas)	Notas/ Quadros anexos	Ano	Ano anterior	
79 + 80 (1) + 8120	Juros e rendimentos similares	3	4.692	2.212
66 + 67 (1) + 6820	Juros e encargos similares	3	559	2.279
	Margem financeira		4.133	-67
82	Rendimentos de instrumentos de capital		0	0
81 (1) - 8120	Rendimentos de serviços e comissões	4	661.128	740.092
68 (1) - 6820	Encargos com serviços e comissões	4	100.469	130.373
- 692 - 693 - 695 (1) - 696 (1) - 698 + 832 + 833 + 835 (1) + 836 (1) + 838	Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)		0	0
- 694 + 834	Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda (líquido)	5	635	290
- 690 + 830	Resultados de reavaliação cambial (líquido)	6	-650	1.194
- 691 - 697 - 699 (1) - 725 - 726 (1) + 831 + 837 + 839 (1) + 843 + 844 (1)	Resultados de alienação de outros ativos	7	2.220	0
- 695 (1) - 696 (1) - 699 (1) - 75 - 720 - 721 - 722 - 723 - 725 - 726 (1) - 728 + 835 (1) + 836 (1) + 839 (1) + 840 + 843 + 844 (1) + 848	Outros resultados de exploração	8	-47.840	-35.579
	Produto bancário		519.157	575.557
70	Custos com pessoal	9	292.498	288.038
71	Gastos gerais administrativos	11	265.706	307.964
77	Depreciações e amortizações	14+15	7.228	10.873
781 + 783 + 784 + 785 + 786 + 788 - 881 - 883 - 884 - 885 - 886 - 888	Provisões líquidas de reposições e anulações	19	52	-21
78000 + 78001 + 78010 + 78011 + 7820 + 7821 + 7822 - 88000 - 88001 - 88010 - 88011 - 8820 - 8821 - 8822 - 848 (1)	Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)		0	0
760 + 7620 + 7618 + 76211 + 76221 + 7623 + 7624 + 7625 + 7630 + 7641 + 765 + 766 + 78002 (1) + 78012 (1) + 7823 + 7828 (1) - 870 - 8720 - 8718 - 87211 - 87221 - 8723 - 8724 - 8726 - 8730 - 8741 - 875 - 876 - 88002 (1) - 88012 (1) - 8823 - 8828 (1)	Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações		0	0
768 + 769 (1) + 78002 (1) + 78012 (1) + 7828 (1) - 877 - 878 - 88002 (1) - 88012 (1) - 8828 (1)	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		0	0
	Resultado antes de impostos		-46.327	-31.297
	Impostos		9.983	17.401
65	Correntes	27	9.983	17.401
74 - 86	Diferidos		0	0
	Resultado após impostos		-56.310	-48.698
- 72600 - 7280 + 8480 + 84400	Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		0	0
640	Resultado líquido do exercício		-56.310	-48.698

(1) - Parte aplicável do saldo desta rubrica.

As Notas Explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

Ana Isabel de Sousa Refoios

O Conselho de Administração

Luís Leitão Ricciardi

João Tomás Horteiga

Jorge Neves

LUSO PARTNERS - SOCIEDADE CORRETORA, SA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS
DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(euros)

	Notas	31-12-2013	31-12-2012
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		1 052	2 186
Juros e custos pagos		(559)	(2 279)
Serviços e comissões recebidas		661 194	740 092
Serviços e comissões pagas		(100 469)	(130 373)
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(568 970)	(606 006)
		<u>(7 752)</u>	<u>3 620</u>
<i>Variação nos ativos e passivos operacionais:</i>			
Disponibilidades em bancos centrais		-	-
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		-	-
Aplicações em instituições de crédito		-	135 089
Recursos de instituições de crédito		-	-
Crédito a clientes		-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos		(32 629)	29 016
Derivados de cobertura		-	-
Outros ativos e passivos operacionais		(573 956)	456 767
		<u>(573 956)</u>	<u>456 767</u>
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros			
		(614 337)	624 492
Impostos sobre os lucros (pagos) recebidos		(15 013)	(9 155)
		<u>(629 350)</u>	<u>615 337</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas		-	-
Alienação de investimentos em subsidiárias e associadas		-	-
Dividendos recebidos		-	-
Compra de ativos financeiros disponíveis para venda		(171 849)	-
Venda de ativos financeiros disponíveis para venda		1 612	-
Investimentos detidos até à maturidade		-	-
Compra de imobilizações		(8 291)	(1 498)
Venda de imobilizações		2 220	-
		<u>(176 308)</u>	<u>(1 498)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Emissão de obrigações de caixa		-	-
Reembolso de obrigações de caixa		-	-
Emissão de passivos subordinados		-	-
Reembolso de passivos subordinados		-	-
Dividendos de ações ordinárias pagas		-	-
		<u>-</u>	<u>-</u>
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento			
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	6	(650)	1 194
		<u>(806 308)</u>	<u>615 033</u>
Variação líquida em caixa e seus equivalentes			
Caixa e equivalentes no início do período	2.2 o)	3 702 282	3 087 249
Caixa e equivalentes no fim do período	2.2 o)	<u>2 895 974</u>	<u>3 702 282</u>
		<u>(806 308)</u>	<u>615 033</u>
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa		-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	12	2 895 974	3 702 282
Total		<u>2 895 974</u>	<u>3 702 282</u>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico de Contas

Ana Isabel de Sousa Refoios

O Conselho de Administração

Luis Leitão Ricciardi

João Tomás Horteiga

Jorge Neves

LUSO PARTNERS - SOCIEDADE CORRETORA, S.A

**DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**

(em euros)

	Capital	Reservas de reavaliação	Outras Reservas e Resultados Transitados	Resultado do exercício	Total do Capital Próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2012	1 000 000	(3 427)	(469 921)	25 848	552 500
Alterações de justo valor líquidas de imposto	-	-	-	-	-
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	3 825	25 848	(25 848)	3 825
Resultado líquido do exercício	-	-	-	(48 698)	(48 698)
Outros	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	1 000 000	398	(444 073)	(48 698)	507 627
Alterações de justo valor líquidas de imposto	-	-	-	-	-
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	(5 321)	(48 698)	48 698	(5 321)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	(56 310)	(56 310)
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	1 000 000	(4 923)	(492 771)	(56 310)	445 996

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Ana Isabel de Sousa Refoios

Luis Leitão Ricciardi

João Tomás Hortega

Jorge Neves

LUSO PARTNERS - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

MODELO I

INVENTÁRIO DE TÍTULOS EM BASE INDIVIDUAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Unidade: Euros

Natureza e espécie (1)	Categoria de Activo Instrução n.º 23/2004 (2)	Código do título (3)	Tipo de emitente (4)	País do emitente	Cotado /Não cotado (S/N)	Mercado organizado relevante (5)	Cotação (6)	Quantidade	Valor nominal (7)	Critério valorimétrico (8)	Valor de Balanço (9)	Valias (+ / -) (10)	Montante vencido (11)	Correcções de valor		% de participação		Operações especiais (12)	Observações (13)
														Imparidade	Outras	Capital	Direitos de voto		
Instrumentos de dívida																			
De dívida pública																			
O.T. 3,35% OUTUBRO 2015	iv)	PTOTE3OE0017	OUTRAS	Portugal	S	-	13.581,00	1.350.000	13.500,00	Justo valor	13.581,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-
O.T. 5,65% FEVEREIRO 2024	iv)	PTOTEQOE0015	OUTRAS	Portugal	S	-	48.125,00	5.000.000	50.000,00	Justo valor	48.125,00	0,00							
O.T. 4,8% JUNHO 2020	iv)	PTOTEEOE0029	OUTRAS	Portugal	S	-	68.617,50	7.500.000	75.000,00	Justo valor	68.617,50	0,00							
T-BILL 0% FEVEREIRO 2014	iv)	PTPBTZGE0016	OUTRAS	Portugal	S	-	49.957,50	5.000.000	50.000,00	Justo valor	49.957,50	0,00							
De outros emissores públicos																			
...																			
De outros emissores																			
Adquiridos no âmbito de operações de titularização																			
Equiparados a <i>first loss position</i>																			
...																			
Outros																			
...																			
Outros																			
Dívida não subordinada																			
...																			
Dívida subordinada																			
...																			
Total								18.850.000	188.500,00		180.281,00	0,00	-	-	-				
Instrumentos de capital																			
...																			
Total								-	-		-	-	-	-	-				
Outros																			
...																			
Total								-	-		-	-	-	-	-				

O Técnico Oficial de Contas

Ana Isabel de Sousa Refoios

O Conselho de Administração

Luis Leitão Ricciardi

João Tomás Horteiga

Jorge Neves

5. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

31 de Dezembro de 2013 e 2012

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em euros)

NOTA 1 – ACTIVIDADE

A Luso Partners – Sociedade Corretora, S.A. (LP Corretora ou Sociedade), com sede em Lisboa, foi constituída por escritura pública celebrada em 9 de Maio de 2002 com um capital social de 500 mil euros, correspondendo a 100 mil ações com o valor nominal de 5 euros cada, detido na íntegra pela Luso Partners – SGPS, S.A.. A Sociedade iniciou a sua atividade em 18 de Setembro de 2002.

No exercício de 2003 o capital social da LP Corretora aumentou para 760 mil euros, correspondendo a 152 mil ações com o valor nominal de 5 euros cada, em resultado da fusão por incorporação da Luso Partners – Sociedade Gestora de Patrimónios, SA (LP Gestora) na sociedade corretora. Esta fusão foi autorizada pelo Banco de Portugal através da modalidade de fusão por incorporação, i.e., da transferência global do património da Luso Partners – Sociedade Gestora de Patrimónios, SA para a Luso Partners – Sociedade Corretora, SA e a escritura pública ocorreu no dia 4 de Novembro de 2003. Para efeitos contabilísticos, a data a considerar para a fusão das duas sociedades foi o dia 1 de Janeiro de 2003.

A fusão referida anteriormente teve como objetivos a simplificação das estruturas, reforço dos mecanismos de controlo interno e redução de custos, nomeadamente das áreas de suporte (administrativa, financeira, etc.), com base nos seguintes fundamentos:

- a) Ambas as sociedades prosseguiam atividades que se complementavam ao nível da administração de carteiras, bem como na prestação de serviços de consultoria em matéria de investimentos;
- b) Tendo em conta as características do mercado financeiro em que as sociedades estavam inseridas, tornava-se cada vez mais necessário desenvolver e apresentar serviços integrados, orientados por uma gestão de custos que lhes permitissem alcançar uma posição competitiva e
- c) No planeamento da operação foi tomada em consideração a ineficiência a que, a vários níveis, a estrutura atual conduzia. A manutenção de entidades juridicamente autónomas obrigava à existência de estruturas diferenciadas e ao cumprimento de um conjunto acrescido de formalidades sem que, no caso concreto e no momento atual, se mantivessem as vantagens que poderão ter estado na origem da opção pela estrutura anteriormente implementada.

No exercício de 2007, ocorreu a fusão por incorporação da Luso Partners – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA (LP SGPS) na LP Corretora. O Banco de Portugal autorizou previamente a fusão por incorporação das duas sociedades financeiras referidas e a escritura pública ocorreu no dia 28 de Dezembro de 2007. Para efeitos contabilísticos, a data a considerar para a fusão das duas sociedades foi o dia 1 de Janeiro de 2007. Em resultado desta fusão, o capital social da LP Corretora aumentou para 1 milhão de euros, correspondendo a 200 mil ações com o valor nominal de 5 euros cada.

A fusão ocorrida no exercício de 2007 baseou-se na LP SGPS apenas deter e gerir participações numa única sociedade, i.e., a Luso Partners – Sociedade Corretora, SA, desde o exercício de 2003 e em resultado da fusão ocorrida nesse ano entre a LP Corretora e a LP Gestora, conforme descrito anteriormente. Acresce que a LP SGPS não recebeu qualquer dividendo desde a sua constituição em 22 de Abril de 2002, sendo os seus resultados líquidos negativos o reflexo dos custos administrativos que a sociedade tem necessariamente de suportar. Esta fusão surgiu, assim, numa ótica de racionalização e aproveitamento otimizado de meios e recursos, face à desnecessidade de manter duas estruturas autónomas, sobretudo tendo em conta que uma das duas referidas estruturas se limitava a deter a participação na outra.

O objeto social da LP Corretora consiste na realização de todas as atividades de intermediação financeira legalmente permitidas às sociedades corretoras, bem como no exercício de quaisquer outras atividades expressamente autorizadas pelas entidades competentes, incluindo nomeadamente (i) a compra e venda de valores mobiliários por conta de terceiros, (ii) o processamento de carteiras de clientes e guarda de valores mobiliários, podendo proceder à cobrança dos respetivos rendimentos e, desde que autorizados pelo cliente, exercer outros direitos sociais e (iii) o exercício da atividade de administração de conjuntos de bens pertencentes a terceiros, a que se dá a designação de carteiras, bem como a prestação de serviços de consultoria em matéria de investimentos. A atividade de gestão de carteiras é exercida com base em mandato escrito, celebrado entre a Sociedade e os respetivos clientes, que especifica as condições, os limites e o grau de discricionariedade dos atos na mesma compreendidos.

A atividade encontra-se regulamentada (i) pelo Decreto-Lei nº 262/2001, de 28 de Setembro, (ii) pelas disposições aplicáveis do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, e (iii) pelo Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei nº 486/99, de 13 de Novembro.

No exercício de 2005 a Luso Partners Sociedade Corretora, S.A. procedeu a uma reestruturação do seu quadro de pessoal, por forma a obter uma equipa mais ajustada à sua dimensão, à atual conjuntura económica e aos objetivos que se propõe atingir a médio prazo. Aliada a esta redução dos custos com pessoal, também se reduziram outros custos fixos, nomeadamente os custos com comunicações e os custos com serviços de informática.

No exercício de 2006 a Sociedade teve como objetivo o reforço do seu sistema de controlo interno. Para tal foram revistos integralmente o Manual de Procedimentos e o Regulamento Interno. Foi igualmente revisto o Código de Conduta da LP Corretora, aplicável a todos os colaboradores da Sociedade Corretora (membros dos órgãos sociais e demais colaboradores), e registado juntamente com o Regulamento Interno revisto, em 25 de Outubro de 2006, na CMVM, nos termos do nº 2, do artigo 316º, do Código dos Valores Mobiliários.

NOTA 2 – BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n° 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto Lei n° 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n° 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras individuais da LP Corretora são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia, com exceção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a imparidade do crédito a clientes e o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência apuradas na transição.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), bem como as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras individuais da LP Corretora reportadas a 31 de Dezembro de 2013 e 2012 foram preparadas em conformidade com as NCA, que incluem os requisitos definidos pelas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor, tal como adotadas na União Europeia até 31 de Dezembro de 2013. As notas anexas a estas demonstrações financeiras incluem toda a informação que é necessária que seja divulgada nas demonstrações financeiras anuais.

As demonstrações financeiras individuais e as notas anexas agora apresentadas estão expressas em euros, arredondado ao euro mais próximo e refletem os resultados das operações da Sociedade, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012.

As políticas contabilísticas descritas em seguida, foram aplicadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012. Existe comparabilidade entre as políticas contabilísticas de ambos os exercícios.

2.2 Resumo das principais políticas contabilísticas

Foram os seguintes os principais critérios contabilísticos e valorimétricos adotados relativamente às várias rubricas das presentes demonstrações financeiras:

a) Especialização de exercícios

A Sociedade segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, sendo os custos e proveitos registados no exercício a que dizem respeito, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, respetivamente.

b) Operações em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema multi-divisas, sendo cada operação registada exclusivamente em função das respetivas moedas. Este método prevê que todos os saldos expressos em moeda estrangeira (i.e. moedas fora da zona Euro), exceto notas e moedas, sejam convertidos para euros com base no câmbio indicativo do dia para operações à vista, divulgados pelo Banco de Portugal (ver Nota 25).

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista são imediatamente registadas na posição cambial. Sempre que estas operações conduzam a variações dos saldos líquidos das diferentes moedas, há lugar à movimentação das contas de posição cambial à vista, cujo conteúdo e critério de reavaliação são como segue:

- **Posição cambial à vista**

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos ativos e passivos dessa moeda, adicionando os montantes das operações à vista a aguardar liquidação. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base nos câmbios indicativos do dia divulgados pelo Banco de Portugal, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda Euro), por contrapartida de custos ou proveitos.

c) **Ativos financeiros disponíveis para venda**

De acordo com o Decreto-Lei nº 262/2001, de 28 de Setembro, artigo 5º - nº 2, alínea b), é vedado às sociedades corretoras “adquirir por conta própria valores mobiliários de qualquer natureza, com exceção dos títulos da dívida pública emitidos ou garantidos por Estados-Membros da OCDE”.

- **Títulos disponíveis para venda**

Os títulos de investimento são aqueles que são adquiridos com o objetivo de prestar garantia ao Sistema de Indemnização aos Investidores (SII), ao abrigo do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) nº 2/2000. São títulos que são mantidos em carteira até à data de reembolso.

As **Obrigações e outros títulos de rendimento fixo** emitidos com base no valor nominal são apresentados com base no seu justo valor. A diferença entre o custo de aquisição e o valor nominal dos títulos da dívida pública, que constitui o prémio ou desconto verificado aquando da compra, é amortizada de modo escalonado durante o período que decorre até à data de vencimento dos títulos, por contrapartida de resultados. Os juros corridos são relevados como proveitos e apresentados na rubrica Outros ativos (ver Nota 17).

As diferenças líquidas entre o valor de aquisição e o correspondente valor de mercado são relevadas em capitais próprios, numa rubrica de reservas de reavaliação (ver Nota 23).

d) **Provisões para riscos de crédito e para risco-país**

As provisões para riscos de crédito e para risco-país foram apuradas nos termos do Aviso nº 3/95, de 30 de Junho, alterado pelo Aviso nº 8/2003, de 8 de Fevereiro e da Instrução nº 94/96, do Banco de Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, as provisões para riscos gerais de crédito incluem:

- uma provisão genérica para riscos gerais de crédito, apresentada no passivo na rubrica Provisões, correspondente a um mínimo de 1% do total dos saldos devedores de clientes. O valor para o exercício de 2013 é Eur 56 (ver Nota 19).

e) Outros ativos tangíveis

De acordo com a política contabilística descrita na nota 2.1., os outros ativos tangíveis encontram-se registados pelo custo determinado na data de transição para as IFRS, deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Sociedade, pelo que as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

A Sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor realizável é o maior de entre o valor de mercado do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes numa base duodecimal, aplicando ao custo histórico as taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, de acordo com os seguintes períodos, que se considera não diferirem substancialmente da vida útil estimada dos bens:

	<u>Nº de Anos</u>
Beneficiações em imóveis arrendados	10
Equipamento informático	3 a 4
Mobiliário e material	4 a 10
Instalações interiores	8 a 10
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4

As beneficiações em edifícios arrendados são amortizadas em 10 anos, ao abrigo do Aviso nº 9/94, de 2 de Novembro, do Banco de Portugal, dado ser este o período em que se considera refletir de forma mais aproximada a vida útil desses investimentos.

f) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são contabilizados ao respetivo custo de aquisição. Incluem os custos incorridos com a aquisição e desenvolvimento dos sistemas de tratamento informático de dados. São amortizados numa base duodecimal durante um período de três anos a partir do exercício em que são incorridos, segundo o método das quotas constantes (ver Nota 15).

g) Pensões de reforma

Face às responsabilidades assumidas no âmbito do plano de reformas definido a nível interno, a LP Corretora aderiu a um fundo de pensões aberto de forma a financiar o Plano de Pensões criado pela Sociedade, o qual visa proporcionar à totalidade dos seus empregados um complemento de 20% do salário pensionável à idade normal de reforma.

O Fundo de Pensões Aberto “Espírito Santo Multireforma” é gerido pela ESAF – Espírito Santo Fundos de Pensões, S.A., subsidiária do Banco Espírito Santo, S.A..

O cálculo atuarial das responsabilidades da LP Corretora é efetuado anualmente pela ESAF, na data de fecho de contas, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, utilizando pressupostos atuariais e financeiros em conformidade com os parâmetros exigidos pelo Banco de Portugal.

Os ganhos e perdas atuariais apurados anualmente, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados, são reconhecidos como um ativo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor.

Este método estabelece que o valor líquido acumulado dos ganhos e perdas atuariais no final do ano, que exceda 10% do maior de entre (i) o valor atual das responsabilidades por pensões em pagamento e das responsabilidades por serviços passados de pessoal no ativo e (ii) o valor dos ativos do fundo de pensões, também reportados ao final do ano, seja reconhecido como despesas/receitas com custo/proveito diferido e amortizado por contrapartida de resultados extraordinários durante um período de 10 anos, com início no exercício seguinte àquele em que é apurado. O valor líquido acumulado dos ganhos e perdas actuariais no final do ano que se situe dentro do referido limite, é registado na conta de desvios actuariais -incluídos no corredor - e não é amortizado.

Anualmente, a LP Corretora reconhece como um custo, na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros e (iii) o rendimento esperado dos ativos do fundo.

A Sociedade efetua pagamentos ao fundo por forma a assegurar a solvência do mesmo, sendo os níveis mínimos fixados como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades atuariais por pensões em pagamento; (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor atuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no ativo.

O Banco de Portugal, através do Aviso nº 12 de 2005, introduziu alterações ao Aviso nº 12 de 2001, definindo que para efeitos da preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA, o acréscimo de responsabilidades resultante das alterações dos pressupostos atuariais relativos à tábua de mortalidade efetuados posteriormente a 1 de Janeiro de 2005, é adicionado ao limite do corredor.

O Aviso nº 1 de 2008, no âmbito do projeto “*Better Regulation* do Sector Financeiro”, veio redefinir os elementos de informação sobre responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência a fornecer ao Banco de Portugal.

Adicionalmente, o Aviso nº 7 de 2008 introduziu novas alterações ao Aviso nº 12 de 2001, tendo em conta os ajustamentos decorrentes da transição para as NIC/NCA e, em particular, os resultantes da adoção integral do IAS 19.

h) Reconhecimento de proveitos resultantes de comissões

No exercício da atividade de corretagem, a Sociedade debita aos seus clientes comissões de corretagem que são registadas em resultados na rubrica de comissões no dia da transação, por contrapartida de contas de regularização do ativo, a aguardar a respetiva liquidação financeira.

Relativamente às comissões de gestão de carteiras, estas são apuradas conforme previsto nos contratos, segundo os esquemas a seguir descritos, cuja opção cabe ao cliente, sendo igualmente relevadas em resultados na rubrica de comissões:

- Comissão de Gestão Fixa – aplicação de uma taxa anual entre 1% e 1,2% sobre o capital médio em gestão, cobrada mensalmente no último dia do mês;
- Comissão de Gestão Variável – comissão cobrada no último dia útil do ano, tendo por base a rentabilidade líquida da carteira no período e o esquema progressivo de comissionamento previsto; e
- Comissão de Gestão Mista – comissão composta por uma parte fixa e outra variável, sendo a comissão fixa calculada pela aplicação de uma taxa de 0,5% sobre o capital médio em gestão, cobrada semestralmente (0,25% por semestre), no último dia dos meses de Junho e Dezembro e a comissão variável apurada pela aplicação de uma taxa de 5% sobre a rentabilidade líquida da carteira no período e cobrada no último dia útil do ano.

i) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda, são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos ou perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contábilístico quer o fiscal. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

j) Operações de compra e venda de títulos

As operações de compra e venda de títulos por conta de terceiros, cuja liquidação financeira ocorre dentro dos prazos dos mercados em que são transacionados, são registadas nas rubricas de outros ativos ou outros passivos (ver Notas 17 e 21).

No que se refere a transações efetuadas no âmbito dos mercados organizados, i.e., relativamente aos valores negociados quer em âmbito nacional quer em âmbito internacional com instituições financeiras filiadas em Sistemas de Liquidação Internacionais, as respetivas liquidações financeiras são efetuadas junto dos bancos liquidadores, incluindo o que diz respeito às taxas de corretagem, que posteriormente nos são transferidas.

k) Valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito

Os valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito encontram-se registados nas rubricas extra patrimoniais ao valor de cotação ou, na ausência deste, ao correspondente valor nominal (ver Nota 24).

l) Gestão de carteiras

Os valores mobiliários de terceiros, entregues à gestão da Sociedade, ou posteriormente adquiridos por esta no âmbito desta atividade, encontram-se registados nas rubricas extra patrimoniais e são valorizados numa base diária tendo por base a cotação de mercado divulgada.

Os valores remanescentes não aplicados na aquisição de títulos, i.e., a liquidez da carteira de cada cliente, encontram-se igualmente registados nas rubricas extra patrimoniais.

As operações de compra e venda de títulos, a aguardar a liquidação financeira, encontram-se registadas nas rubricas extra patrimoniais como parte integrante da carteira, a deduzir no caso de uma posição líquida compradora e a acrescer no caso de uma posição líquida vendedora (ver Nota 24).

m) Locações

A Sociedade classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, cumprindo com os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pela LP Corretora à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

- **Como locatário**

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

- **Como locador**

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como proveitos, enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

n) Imparidade

A existência de evidência objetiva de que um ativo financeiro apresenta sinais de imparidade, resulta do cálculo do valor recuperável desse ativo com sinais de imparidade, registrando as perdas apuradas por contrapartida de resultados.

A existência de evidência objetiva de imparidade, após o reconhecimento inicial de um ativo financeiro, pode resultar das seguintes situações:

- títulos cotados – uma desvalorização continuada ou de valor significativo na cotação destes títulos; ou
- títulos não cotados – quando se verifica um evento com impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, cuja mensuração possa ser estimada com razoabilidade.

Caso se verifique uma diminuição subsequente na perda de imparidade e a mesma possa ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, a mesma é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição. Este critério não é aplicável às ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas é transferida para resultados. Esta perda potencial corresponde à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida em resultados.

Como já foi referido na nota 2.2 c) a legislação atual impede às sociedades corretoras “adquirir por conta própria valores mobiliários de qualquer natureza, com exceção dos títulos da dívida pública emitidos ou garantidos por Estados-Membros da OCDE”, pelo que a LP Corretora não implementou qualquer procedimento com carácter regular para fazer face a este risco, embora esteja atenta às flutuações verificadas nos seus ativos disponíveis para venda.

o) Demonstração dos fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data do balanço, onde se incluem os saldos de disponibilidades em outras instituições de crédito (ver Nota 12).

NOTA 3 – MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Juros e proveitos similares		
Juros de disponibilidades em instituições de crédito:		
- no país	3	1 653
- no estrangeiro	0	0
Juros de aplicações em instituições de crédito no país	0	0
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	4 689	559
	<u>4 692</u>	<u>2 212</u>
Juros e custos similares		
Juros de recursos de instituições de crédito:		
- no país	0	0
- no estrangeiro	559	2 279
	<u>559</u>	<u>2 279</u>
	<u>4 133</u>	<u>(67)</u>

NOTA 4 – RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços de administração de valores prestados	108 111	103 667
Por operações realizadas com títulos por conta de terceiros	464 395	544 764
Outros proveitos de comissões recebidas	88 622	91 661
	<u>661 128</u>	<u>740 092</u>
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros:		
- depósito e guarda de valores	3 804	3 856
- por outros serviços bancários	16 543	21 916
Por operações realizadas com títulos	80 122	104 601
	<u>100 469</u>	<u>130 373</u>
	<u>560 659</u>	<u>609 719</u>

NOTA 5 – RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2013			31-12-2012		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos						
Obrigações do tesouro	635	0	635	290	0	290
	<u>635</u>	<u>0</u>	<u>635</u>	<u>290</u>	<u>0</u>	<u>290</u>

NOTA 6 – RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2013			31-12-2012		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Reavaliação cambial	914	1 564	(650)	1 450	256	1 194
	<u>914</u>	<u>1 564</u>	<u>(650)</u>	<u>1 450</u>	<u>256</u>	<u>1 194</u>

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2.b).

NOTA 7 – RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2013	31-12-2012
Resultados de alienação de outros ativos		
Ganhos realizados com ativos tangíveis	2 220	0
	<u>2 220</u>	<u>0</u>

Esta rubrica revela o ganho realizado com a venda de um bem da Sociedade.

NOTA 8 – OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Outros resultados de exploração		
Rendas de locação operacional	(26 477)	(26 477)
Contribuição para o Fundo de Resolução	(5 857)	0
Contribuição para o sistema de indemnização aos investidores	(2 500)	(2 500)
Multas e penalidades fiscais	0	(32)
Quotizações e donativos	0	0
Outros impostos	(12 694)	(12 524)
Outros resultados (líquido)	<u>(312)</u>	<u>5 954</u>
	<u>(47 840)</u>	<u>(35 579)</u>

NOTA 9 – CUSTOS COM PESSOAL

O valor desta rubrica é composto por:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Remunerações	217 939	217 215
Encargos sociais obrigatórios	53 300	47 744
Encargos sociais facultativos	20 330	20 394
Outros custos	<u>929</u>	<u>2 685</u>
	<u>292 498</u>	<u>288 038</u>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, o número médio de colaboradores ao serviço da LP Corretora estava decomposto pelas seguintes categorias profissionais:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Funções		
Administração	3	3
Direcção	1	1
Técnicos	2	2
Administrativos	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>7</u>	<u>7</u>

O montante das remunerações atribuídas durante o exercício de 2013 aos membros do órgão de Administração da LP Corretora foi de Eur 133.104 (2012 - Eur 133.104).

Não existem quaisquer adiantamentos ou créditos concedidos a membros dos órgãos sociais nem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

Nos termos da Lei nº 28/2009, de 19 de Junho, e do Aviso nº 1/2010 do Banco de Portugal, de 09 de Fevereiro, indicam-se de seguida as remunerações pagas pela LP Corretora a cada um dos Membros dos Órgãos de Administração durante o exercício de 2013:

Conselho de Administração

Membros Executivos do Conselho de Administração	2013 Remuneração Fixa
Luis Leitão Ricciardi	67 001
João Tomás Andrade Rocha de Horteiga	33 051
Jorge Miguel Rodrigues de Oliveira Neves	33 051
	<hr/> <hr/> 133 104

Não existem remunerações variáveis pagas aos Membros Executivos do Conselho de Administração no exercício de 2013.

O Órgão de Fiscalização teve uma remuneração Eur 7.528 no exercício de 2013, que está incluída na rubrica de gastos gerais administrativos (ver Nota 11).

O Conselho de Administração, aprovou em reunião realizada em 30 de Dezembro de 2013 como política de remuneração dos seus membros executivos, a redução a partir de 1 de Janeiro de 2014, das remunerações dos seus administradores Luís Leitão Ricciardi, João Tomás Andrade Rocha de Horteiga e Jorge Miguel Rodrigues de Oliveira Neves em, respetivamente 35,83%, 11,11% e 11,11%.

Esta decisão já está refletida nas contas do exercício de 2013, nomeadamente no valor a pagar com férias e subsídio de férias, bem como no cálculo das responsabilidades com o fundo de pensões.

NOTA 10 – PENSÕES DE REFORMA

A LP Corretora assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de reforma por velhice. Estas prestações consistem num complemento de 20% do salário pensionário à idade normal de reforma.

Para fazer face à cobertura das responsabilidades por serviços passados relativos a pensões de reforma, a Sociedade aderiu em Agosto de 2002 ao Fundo de Pensões aberto denominado “Espírito Santo Multireforma”, cuja gestão é exercida pela ESAF - Espírito Santo Fundos de Pensões, SA, sociedade integrada no Grupo Espírito Santo.

O reconhecimento, tratamento e relevação contabilística das responsabilidades para com pensões de reforma e sobrevivência são regulamentados pelo Aviso nº 12/2001, de 9 de Novembro, do Banco de Portugal, conforme descrito na Nota 2 g).

Com referência a 31 de Dezembro de 2013 e 2012, apresentam-se as responsabilidades, encargos, contribuições da Sociedade para o fundo de pensões e níveis de cobertura, que traduzem a aplicação do anterior normativo:

i) Número de participantes

	31-12-2013				31-12-2012			
	Número de participantes	Remuneração anual (euros)	Idade (média)	Anos de serviço passado (médio)	Número de participantes	Remuneração anual (euros)	Idade (média)	Anos de serviço passado (médio)
Activos								
LP Corretora	7	182 532	46	10	6*	191 982	47	11

*Não incluído um colaborador que entrou em Outubro 2012 e se encontrava no período experimental.

ii) Evolução das responsabilidades

O valor atual das responsabilidades assumidas por pensões de reforma e de sobrevivência, decompõe-se da seguinte forma:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Responsabilidades por serviços passados -		
Pessoal no ativo	131 976	130 716
Valor do Fundo de Pensões Aberto		
"Espírito Santo Multireforma"	149 354	142 508
Excesso/(déficit) de cobertura	17 378	11 792
Nível de cobertura das responsabilidades	113,2%	109,0%
Responsabilidades por serviços futuros (RSF)	165 291	180 178
Valor atual das responsabilidades totais (VART)	297 267	310 894

As responsabilidades da Sociedade em 2013 e 2012 evoluíram como segue:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Responsabilidades no final do periodo anterior	130 716	110 751
Custo do serviço corrente	0	0
Custo dos juros	5 882	5 538
Transferência direitos adquiridos ex-participante	0	0
(Ganhos) e perdas atuariais	(4 622)	14 427
Responsabilidades no final do periodo	<u>131 976</u>	<u>130 716</u>
Pessoal no ativo	<u>131 976</u>	<u>130 716</u>
Responsabilidades objecto de cobertura	<u>131 976</u>	<u>130 716</u>
Valor do Fundo de Pensões Aberto "Espírito Santo Multireforma"	<u>149 354</u>	<u>142 508</u>
Coberturas totais	<u>149 354</u>	<u>142 508</u>
Excesso/(déficit) de cobertura	<u>17 378</u>	<u>11 792</u>
Nível de cobertura das responsabilidades	<u>113,2%</u>	<u>109,0%</u>
Responsabilidades por serviços futuros (RSF)	<u>165 291</u>	<u>180 178</u>
Valor actual das responsabilidades totais (VART)	<u>297 267</u>	<u>310 894</u>

iii) Evolução do valor do fundo de pensões

A evolução do valor do fundo de pensões em 2013 e 2012 foi a seguinte:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Valor do Fundo em 01 de Janeiro	142 508	129 772
(+) Contribuições	0	0
(-) Transferência direitos adquiridos ex-participante	0	0
(+) Rendimento líquido do Fundo	<u>6 846</u>	<u>12 736</u>
(=) Valor do Fundo em 31 de Dezembro	<u>149 354</u>	<u>142 508</u>

O rendimento líquido do fundo contém desvios atuariais positivos de Eur 433 (2012 – Eur 6.247 positivos).

iv) Reconhecimento das responsabilidades do exercício

Os montantes reconhecidos como custos pela Sociedade podem ser analisados da seguinte forma:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Custo do serviço corrente	0	0
(+) Custo dos juros	5 882	5 538
(-) Rendimento esperado do Fundo	(6 413)	(6 489)
(=) Custos correntes com o plano	<u>(531)</u>	<u>(951)</u>
(+/-) Desvios actuariais	<u>5 055</u>	<u>(8 180)</u>
(=) Responsabilidades do exercício	<u>4 524</u>	<u>(9 131)</u>

v) Contrapartida do reconhecimento das responsabilidades

A diminuição das responsabilidades no exercício teve por contrapartida a seguinte relevação contabilística:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Custos com pessoal	(531)	(951)
(+/-) Desvios actuariais	<u>5 055</u>	<u>(8 180)</u>
(=) Responsabilidades do exercício	<u>4 524</u>	<u>(9 131)</u>

vi) Contribuição da Sociedade para o fundo

Nos exercícios de 2013 e 2012 não foi entregue qualquer contribuição ao fundo de pensões pela LP Corretora.

vii) Níveis mínimos de cobertura

Os níveis de cobertura verificados analisam-se como segue:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Nível mínimo de cobertura	125 377	124 180
Coberturas totais	<u>149 354</u>	<u>142 508</u>
Excesso/(déficit) de cobertura	<u>23 977</u>	<u>18 328</u>
Nível de cobertura	<u>119,1%</u>	<u>114,8%</u>

Os pressupostos atuariais e financeiros utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma por serviços passados e os valores efetivamente verificados, bem como o método de cálculo utilizado, são conforme segue:

	2013		2012	
	Previsto	Verificado	Previsto	Verificado
Pressupostos Financeiros				
Taxa de rendimento dos activos	3,5%	3,5%	4,5%	4,5%
Taxa de crescimento salarial	*3,00% e 1,25%	*3,00% e 1,25%	2,25%	2,25%
Taxa de crescimento das pensões	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa Técnica de Juro	4,5%	4,5%	5%	5%
Pressupostos Demográficos				
Tábua de Mortalidade	TV 73/77		TV 73/77	
Tábua de Invalidez	n.a.		n.a.	
Tábua de Turn Over	n.a.		n.a.	
Método de valorização actuarial	"Projected Unit Credit Method"			

* 3% para quadros topo e 1,25% para a restante população.

A estrutura tipo de alocação de ativos utilizada pela ESAF-Espírito Santo Fundos de Pensões, SA para o fundo de pensões distribui-se em ações (17,4%), obrigações de taxa fixa (40,5%), obrigações de taxa variável (25,2%), investimento alternativo (9,9%) e imobiliário (4,10%).

NOTA 11 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2013	31-12-2012
Gastos gerais administrativos		
Consultores e auditores externos	96 014	115 792
Comunicações e expedição	68 676	67 602
Serviços de informática	18 481	27 546
Rendas e alugueres	28 200	28 200
Deslocações e representação	11 852	24 118
Água, energia e combustíveis	13 669	17 803
Conservação e reparação	3 823	4 695
Seguros	5 488	6 815
Material de consumo corrente	3 702	3 413
Outros custos	15 801	11 980
	265 706	307 964

No exercício de 2013 a rubrica Consultores e auditores externos inclui Eur 44.764 (2012 – Eur 61.458) relativos à parceria na área de gestão de carteiras com uma Sociedade de Consultoria para Investimentos iniciada em 2011.

Os honorários faturados durante o exercício de 2013 pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas relativos aos serviços de auditoria e revisão legal das contas foi de Eur 7.528 (2012 – Eur 7.774).

A rubrica Outros custos inclui, entre outros, segurança e vigilância, serviços de limpeza, publicidade e publicações.

NOTA 12- DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Em instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	<u>1 202 801</u>	<u>1 167 278</u>
Em instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	<u>1 693 173</u>	<u>2 535 004</u>
	<u>2 895 974</u>	<u>3 702 282</u>

O montante de disponibilidades em instituições de crédito no país engloba depósitos à ordem em várias instituições, sendo que o BES Investimento é o que apresenta um saldo mais significativo no valor de Eur 626.858 (2012 - Eur 810.737).

No montante de disponibilidades em instituições de crédito no estrangeiro, destaca-se o saldo junto do *Deutsche Bank Frankfurt* de Eur 1.159.260 (2012 – Eur 2.039.724).

Estes saldos incluem as disponibilidades das contas correntes de clientes junto da Sociedade, sendo de clientes da Gestão Discricionária Eur 2.109.067 (2012 – Eur 2.056.757) (ver Nota 24).

NOTA 13 –ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

A análise de ativos financeiros disponíveis para venda, é analisada como segue:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Instrumentos de dívida pública portuguesa		
Obrigações do tesouro	<u>185 204</u>	<u>14 332</u>
Reserva de justo valor		
Positiva (negativa)	<u>(4 923)</u>	<u>398</u>
Valor de balanço	<u><u>180 281</u></u>	<u><u>14 730</u></u>

Conforme descrito na política contabilística descrita na nota 2.2 c) a carteira de títulos disponíveis para venda, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, é apresentada líquida das reservas de reavaliação, no montante de Eur (4.923) e Eur 398, respetivamente (ver Nota 23).

Alguns destes títulos, tal como referido na nota 2.2 c) são adquiridos pela Sociedade com o objetivo de prestar garantia ao Sistema de Indemnização aos Investidores (SII), ao abrigo do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) nº 2/2000 (ver Nota 24) e são mantidos em carteira até à data de reembolso.

Em 31 de Dezembro de 2013, o escalonamento dos ativos financeiros disponíveis para venda por prazos de vencimento, é como segue:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
De 3 meses a um ano	0	1 527
De um a cinco anos	<u>180 281</u>	<u>13 203</u>
	<u><u>180 281</u></u>	<u><u>14 730</u></u>

O valor de balanço das obrigações e outros títulos de rendimento fixo compara com os seguintes valores, nominais ou de reembolso na data de maturidade e de mercado:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Valor nominal	188 500	15 000
Valor de mercado	180 281	14 730
Valor de balanço	180 281	14 730

As taxas de remuneração destes títulos à data do balanço oscilam nos seguintes intervalos:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Títulos de rendimento fixo	<u>*0,0% / 5,65%</u>	<u>3,35% / 5,45%</u>
*T-BILL 0% FEVEREIRO 2014		

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 os montantes ainda não imputados a resultados respeitantes a ativos financeiros disponíveis para venda, são como segue:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Títulos adquiridos por valor (inferior superior ao seu valor de reembolso)	<u>(3 296)</u>	<u>(668)</u>

NOTA 14 – OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Outros ativos tangíveis		
Imóveis		
Obras em imóveis arrendados	<u>14 487</u>	<u>14 487</u>
Equipamento		
Equipamento informático	178 283	177 569
Instalações interiores	16 758	16 758
Mobiliário e material	22 486	22 486
Máquinas e ferramentas	13 472	12 095
Equipamento de segurança	2 006	2 006
Material de transporte	<u>51 200</u>	<u>50 800</u>
	<u>284 205</u>	<u>281 714</u>
	<u>298 692</u>	<u>296 201</u>
Amortizações acumuladas		
De obras em imóveis arrendados	(14 487)	(14 487)
De equipamento	<u>(274 849)</u>	<u>(273 722)</u>
	<u>(289 336)</u>	<u>(288 209)</u>
Total dos outros ativos tangíveis líquidos de amortizações	<u>9 356</u>	<u>7 992</u>

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, o movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Imóveis	Equipamento	Total
Custo de aquisição			
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	14 487	281 714	296 201
Adições	-	8 291	8 291
Abates / vendas	-	(5 800)	(5 800)
Transferências	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	14 487	284 205	298 692
Amortizações			
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	(14 487)	(273 722)	(288 209)
Amortizações do exercício	-	(6 927)	(6 927)
Abates / vendas	-	5 800	5 800
Transferências	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	(14 487)	(274 849)	(289 336)
Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2013	-	9 356	9 356

NOTA 15 – ATIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

	31-12-2013	31-12-2012
Ativos intangíveis		
Adquiridos a terceiros		
Sistemas de tratamento informático de dados	137 049	137 049
Despesas de investigação e desenvolvimento	0	0
	137 049	137 049
Imobilizado em curso		
Sistemas de tratamento informático de dados	0	0
	137 049	137 049
Amortizações acumuladas		
	(137 049)	(136 748)
Total dos ativos intangíveis líquidos de amortizações	0	301

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, o movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Sistema de tratamento automático de dados	Despesas de constituição	Outras imobilizações	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	137 049	-	-	137 049
Adições	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-
Imobilizado em curso	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	137 049	-	-	137 049
Amortizações				
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	(136 749)	-	-	(136 749)
Amortizações do exercício	(300)	-	-	(300)
Abates	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	(137 049)	-	-	(137 049)
Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2013	-	-	-	-

NOTA 16 – ATIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Ativos por impostos correntes		
Pagamentos especiais por conta		
2010	1 878	1 878
2011	2 350	2 350
2012	2 641	2 641
2013	2 280	0
	<u>9 149</u>	<u>6 869</u>
	<u>9 149</u>	<u>6 869</u>

NOTA 17 - OUTROS ATIVOS

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Outras disponibilidades	250	250
Devedores diversos	5 577	355
Rendimentos a receber		
Juros de obrigações do tesouro	3 760	120
Despesas com encargo diferido		
Seguros	12 123	12 520
Outras	2 465	2 582
	<u>14 588</u>	<u>15 102</u>
Responsabilidades com pensões e outros benefícios		
Responsabilidades totais	9 864	4 278
Desvios atuariais incluídos no corredor	0	0
	<u>9 864</u>	<u>4 278</u>
Operações a regularizar		
Operações de bolsa a regularizar	631 214	3 116 483
Operações fora de bolsa a regularizar	0	92 538
Operações cambiais à vista a liquidar	0	0
Outras	28 357	91 228
	<u>659 571</u>	<u>3 300 249</u>
	<u>693 610</u>	<u>3 320 354</u>

A rubrica de devedores diversos inclui essencialmente valores em dívida por operações realizadas por conta de clientes e ainda não regularizadas por estes. Estas regularizações ocorrem, na generalidade dos casos, num curto prazo.

As rubricas de operações de bolsa e fora de bolsa a regularizar do ativo e do passivo (ver Nota 21), em 31 de Dezembro de 2013, evidenciam o saldo líquido das ordens de venda e compra em bolsa efetuadas por conta de clientes nos últimos dias úteis de Dezembro, e que aguardam a respetiva liquidação financeira no início de Janeiro de 2014, de acordo com o período que vigora nos mercados onde os títulos são transacionados.

NOTA 18 – RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

O saldo desta rubrica é composto quanto à sua natureza, como segue:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
A prazo		
Recursos de clientes	<u>2 357</u>	<u>34 986</u>
	<u>2 357</u>	<u>34 986</u>

Esta rubrica reflete valores de clientes, que não se encontram disponíveis, de forma a garantirem as operações de compra dos títulos que os mesmos clientes apresentam a descoberto, em consequência de operações de *short-selling*.

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é o seguinte:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Exigível a prazo		
Até três meses	<u>2 357</u>	<u>34 986</u>
	<u>2 357</u>	<u>34 986</u>

NOTA 19 – PROVISÕES

O movimento verificado nas rubricas de provisões, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, foi o seguinte:

	<u>Saldo em</u> <u>31-12-2012</u>	<u>Movimentos no exercício</u>			<u>Saldo em</u> <u>31-12-2013</u>	
		<u>Transfe-</u> <u>rências</u>	<u>Reforços</u>	<u>Utilizações</u>		<u>Reposições/</u> <u>Anulações</u>
Provisões para						
Riscos gerais de crédito	<u>4</u>	<u>0</u>	<u>3 614</u>	<u>0</u>	<u>(3 562)</u>	<u>56</u>
	<u>4</u>	<u>0</u>	<u>3 614</u>	<u>0</u>	<u>(3 562)</u>	<u>56</u>

NOTA 20 – PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Passivos por impostos correntes		
IRC a pagar 2013 (ver Nota 27)	<u>9 311</u>	<u>12 061</u>

NOTA 21 –OUTROS PASSIVOS

A rubrica de outros passivos decompõe-se como segue:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Responsabilidades com pensões e outros benefícios		
Desvios atuariais incluídos no corredor	5 561	506
Desvios atuariais excesso face ao corredor	0	0
	<u>5 561</u>	<u>506</u>
Credores e outros recursos		
Credores por operações sobre valores mobiliários	2 633 795	3 216 477
Outros impostos a entregar ao Estado	10 187	10 477
Contribuições para a Segurança Social	5 825	4 989
Credores por fornecimento de bens	12 366	18 121
	<u>2 662 173</u>	<u>3 250 064</u>
Encargos a pagar		
Encargos com férias e subsídio de férias	32 269	37 019
Outros	667	2 278
	<u>32 936</u>	<u>39 297</u>
Operações a regularizar		
Operações de bolsa a regularizar	629 980	3 115 626
Operações fora de bolsa a regularizar	0	92 358
Operações cambiais à vista a liquidar	0	0
	<u>629 980</u>	<u>3 207 984</u>
	<u>3 330 650</u>	<u>6 497 851</u>

A rubrica de credores por operações sobre valores mobiliários inclui os saldos positivos das contas correntes com clientes, cuja contrapartida se reflete, entre outras, na rubrica de disponibilidades em outras instituições de crédito, no país e no estrangeiro (ver Nota 12).

As rubricas de operações de bolsa a regularizar do ativo (ver Nota 17) e do passivo, em 31 de Dezembro de 2013, evidenciam o saldo líquido das ordens de venda e compra em bolsa efetuadas por conta de clientes nos últimos dias úteis de Dezembro, e que aguardam a respetiva liquidação financeira no início de Janeiro de 2014, de acordo com o período que vigora nos mercados onde os títulos são transacionados.

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2 g), os ganhos e perdas atuariais com pensões até ao limite do corredor encontram-se registados na rubrica de desvios atuariais.

NOTA 22 – CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2013, o capital social da LP Corretora no valor de 1.000.000 euros, encontrava-se representado por 200.000 ações, com um valor nominal de 5 euros cada, integralmente subscritas e realizadas por diferentes acionistas.

NOTA 23 – RESERVAS DE REAVALIAÇÃO, OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

O movimento verificado nas contas de reservas e de resultados transitados, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, foi o seguinte:

	<u>Saldo em</u> <u>31-12-2012</u>	<u>Aumento</u>	<u>Reduções</u>	<u>Transfe-</u> <u>rências</u>	<u>Saldo em</u> <u>31-12-2013</u>
Reservas de reavaliação					
Reservas de justo valor r/ ativos financeiros disponíveis para venda	398	0	(5 321)	0	(4 923)
Outras reservas e resultados transitados					
Reserva legal	84 829	0	0	0	84 829
Resultados transitados	<u>(528 902)</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>(48 698)</u>	<u>(577 600)</u>
	<u>(444 073)</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>(48 698)</u>	<u>(492 771)</u>
Resultado do exercício					
2012	(48 698)	0	0	48 698	0
2013	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>(56 310)</u>	<u>0</u>	<u>(56 310)</u>
Total	<u>(492 373)</u>	<u>0</u>	<u>(61 631)</u>	<u>0</u>	<u>(554 004)</u>

I) Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação correspondem às variações acumuladas do valor de mercado dos instrumentos financeiros detidos para venda em conformidade com a política contabilística descrita na nota 2.2.d).

II) Reserva legal

Nos termos da legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (Artigo 97º do Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro), a Sociedade deverá reforçar anualmente a reserva legal com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social. A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

III) Resultados transitados

Da aplicação dos resultados da Sociedade referente ao exercício de 2012, resultou a transferência do prejuízo de Eur 48.698 para resultados transitados.

NOTA 24 - RUBRICAS EXTRA PATRIMONIAIS

Os saldos das rubricas extra patrimoniais são compostos quanto à sua natureza, como segue:

i) Passivos eventuais

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Ativos dados em garantia (i)	13 581	14 730
(i) Valor de mercado		

A rubrica de Passivos eventuais – Ativos dados em garantia corresponde a títulos que, tal como referido na Nota 2 c), são adquiridos pela Sociedade para serem entregues em garantia ao Sistema de Indemnização aos Investidores (SII), ao abrigo do regulamento da CMVM n.º 2/2000.

ii) Compromissos assumidos para com terceiros e por terceiros

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Compromissos perante terceiros		
Sistema de indemnização aos investidores (i)	13 581	14 730
(i) Valor de mercado		
	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Responsabilidades por prestação de serviços		
De depósito e guarda de valores (ii)	7 131 716	7 529 591
Gestão de carteiras de activos		
Títulos em carteira (iii)	4 508 602	5 130 521
Operações a aguardar liquidação	215 815	(65 362)
Liquidez	2 109 067	2 056 757
	<u>6 833 484</u>	<u>7 121 916</u>
	<u>13 965 200</u>	<u>14 651 507</u>
Serviços prestados por terceiros		
Por depósito e guarda de valores (i)	7 139 683	7 538 707

(i) Valor de mercado (ii) Valor de mercado (ver Nota 2 k) (iii) Valor de mercado (ver Nota 2 l)

O saldo da rubrica responsabilidade por prestação de serviços - depósito e guarda de valores corresponde ao valor de mercado, ou na sua ausência o valor nominal, dos títulos entregues por clientes à guarda da LP Corretora.

Estes títulos estão igualmente apresentados na rubrica de serviços prestados por terceiros – depósito e guarda de valores, em conjunto com os títulos da Sociedade, representando a entrega a outras entidades especializadas na guarda de valores, nomeadamente o BCP, o BES Investimento, o *Deutsche Bank Frankfurt* e a *Lek Securities*.

A rubrica gestão de carteiras de ativos regista os valores mobiliários entregues à gestão da Sociedade, e encontram-se ao respetivo valor de mercado.

NOTA 25 – ATIVOS E PASSIVOS REPRESENTADOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Esta rubrica é analisada como segue:

	31-12-2013					31-12-2012		
	Dólares Norte <u>Americanos</u>	Libras <u>Esterlinas</u>	Franco <u>Suíço</u>	Coroa <u>Sueca</u>	Total	Dólares Norte <u>Americanos</u>	Libras <u>Esterlinas</u>	Total
Ativo								
Disponibilidades em outras instituições de crédito	842 803	67 627	35	80	910 545	658 578	219 261	877 839
Outros ativos	32 280	0	0	0	32 280	699 853	0	699 853
Total do Ativo (Euros)	<u>875 083</u>	<u>67 627</u>	<u>35</u>	<u>80</u>	<u>942 825</u>	<u>1 358 431</u>	<u>219 261</u>	<u>1 577 692</u>
Passivo								
Recursos de clientes e outros empréstimos	2 357	0	0	0	2 357	34 986	0	34 986
Outros passivos	837 603	64 291	0	0	901 894	1 316 841	216 371	1 533 212
Total do Passivo (Euros)	<u>839 960</u>	<u>64 291</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>904 251</u>	<u>1 351 827</u>	<u>216 371</u>	<u>1 568 198</u>
Total Ativo/(Passivo) Líquido (Euros)	<u>35 123</u>	<u>3 336</u>	<u>35</u>	<u>80</u>	<u>38 574</u>	<u>6 604</u>	<u>2 890</u>	<u>9 494</u>
Posição cambial à vista	<u>35 123</u>	<u>3 336</u>	<u>35</u>	<u>80</u>	<u>38 574</u>	<u>6 604</u>	<u>2 890</u>	<u>9 494</u>

NOTA 26– SEGMENTAÇÃO POR MERCADOS GEOGRÁFICOS E POR LINHAS DE NEGÓCIOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, os elementos da demonstração de resultados e do balanço da Sociedade, ventilados por linhas de negócios e por mercados geográficos, apresentam-se distribuídos da seguinte forma:

	31-12-2013	31-12-2012
	Corretagem (retalho)	Corretagem (retalho)
Portugal		
Elementos da demonstração de resultados		
Juros e rendimentos similares	4 692	2 212
Juros e encargos similares	(559)	(2 279)
Rendimentos de serviços e comissões	661 128	740 092
Encargos com serviços e comissões	(100 469)	(130 373)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda (líquido)	635	290
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	(650)	1 194
Resultados de alienação de outros ativos	2 220	0
Outros resultados de exploração	(47 840)	(35 579)
Custos com pessoal	(292 498)	(288 038)
Outros gastos administrativos	(265 706)	(307 964)
Amortizações do exercício	(7 228)	(10 873)
Provisões líquidas de reposições e anulações	(52)	21
Impostos correntes	(9 983)	(17 401)
Resultado líquido do exercício	(56 310)	(48 698)
Portugal		
Elementos do balanço		
Recursos de clientes e outros empréstimos	2 357	34 986
Outros passivos	3 330 650	6 497 851
Ativo líquido total	3 788 370	7 052 528

NOTA 27 – IMPOSTOS

A LP Corretora está sujeita à tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) e à correspondente Derrama. O cálculo do imposto corrente do exercício de 2013 foi apurado pela LP Corretora com base numa taxa nominal de 25%. Ao valor de IRC apurado acresce uma taxa de Derrama Municipal de 1,5%.

A Sociedade decidiu não calcular impostos diferidos ativos sobre os prejuízos fiscais acumulados, porque com base na atual conjuntura económica, torna-se bastante difícil criar expectativas para que existam lucros tributáveis capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Sociedade durante um período de quatro anos, podendo por isso resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios ainda sujeitos a possível revisão. No entanto, é convicção da Administração da LP Corretora, que não ocorrerá qualquer liquidação adicional, de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras, relativamente aos exercícios passíveis de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais.

A reconciliação entre o lucro contabilístico e o lucro tributável, a estimativa de impostos sobre os lucros e o imposto sobre o rendimento a pagar, com referência a 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, analisa-se como segue:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Lucro contabilístico antes de impostos	(46 327)	(36 090)
Provisões não dedutíveis	52	(21)
Amortizações excessivas	0	0
Multas de natureza fiscal	0	32
Seguro Grupo Saúde	12 503	12 438
Pagamento especial por conta 2008	0	4 793
Mais valias fiscais	2 220	0
Mais valias contabilísticas	(2 220)	0
Majoração donativos	<u>0</u>	<u>0</u>
Lucro tributável	<u>(33 772)</u>	<u>(18 848)</u>
Prejuízos fiscais	<u>0</u>	<u>0</u>
Matéria colectável	<u>0</u>	<u>0</u>
Estimativa de imposto sobre lucros	0	0
Derrama municipal	0	0
Tributações autónomas	<u>9 983</u>	<u>12 608</u>
Imposto sobre o lucro do exercício	9 983	12 608
Estimativa de impostos sobre lucros registada em custos	<u>9 983</u>	<u>12 608</u>
<i>Taxa efectiva de imposto</i>	n.a.	n.a.
Pagamentos especiais por conta	0	0
Pagamentos por conta efectuados no exercício	0	0
Retenções na fonte	<u>(672)</u>	<u>(547)</u>
Impostos sobre lucros a (receber) pagar (ver Notas 16 e 20)	<u>9 311</u>	<u>12 061</u>

LUSO PARTNERS – Sociedade Corretora, S.A.

RELATÓRIO E PARECER

DO

FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Accionistas

- 1 - Cumprindo as disposições legais e estatutárias, apresentamos o nosso relatório sobre a acção fiscalizadora por nós exercida no decorrer do exercício de 2013, bem como o nosso parecer sobre o Relatório, o Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa, a Demonstração de alterações no capital próprio, o Inventário de títulos e as respectivas notas anexas, relativos àquele exercício, elementos estes submetidos à nossa apreciação pelo Conselho de Administração de “Luso Partners – Sociedade Corretora, S.A.”.
- 2 - No ano anterior efectuámos a revisão das demonstrações financeiras e elaborámos o respectivo relatório, parecer e certificação legal das contas.
- 3 - Acompanhámos a gestão da “Luso Partners”, nas suas deliberações mais relevantes e reunimos, com frequência, com o Conselho de Administração que nos manteve informados sobre as diferentes políticas financeiras seguidas para o desenvolvimento da sociedade corretora.
- 4 - Para se obter um conhecimento adequado do trabalho desenvolvido na sociedade, importa referir que:
 - 4.1 - A análise às contas foi efectuada de acordo com as normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária para o efeito.
 - 4.2 - Verificámos que as demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos processados em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) tal como definidas pelo Banco de Portugal, as quais incluem os requisitos determinados pelas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).
 - 4.3 - Analisámos os livros e os registos contabilísticos, assim como os documentos que lhes servem de suporte e constámos a aplicação correcta da Lei e dos Estatutos.
 - 4.4 - De igual modo, efectuámos exames necessários ao controle dos valores patrimoniais, através de procedimentos de revisão de contas geralmente aceites como adequados.
 - 4.5 - Os principais critérios contabilísticos e valorimétricos adoptados nas operações patrimoniais que estão descritos no nº 2.2 das notas anexas na rubrica políticas contabilísticas, foram correctamente aplicados de um modo consistente e uniforme em relação ao exercício anterior.



Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas



- 4.6- As contas de outros activos e outros passivos englobam fundamentalmente as operações de bolsa a regularizar e evidenciam o saldo líquido das ordens de vendas (631.214 euros) e compras (629.980 euros), efectuadas por conta dos clientes nos últimos dias de 2013 e que aguardam a respectiva liquidação financeira no início de 2014.
Confrontar com as notas 17 e 21 do anexo às contas.
- 4.7- O valor das disponibilidades em outras instituições de crédito engloba depósitos à ordem em várias instituições de crédito, quer no país quer no estrangeiro, os quais foram objecto de uma adequada revisão analítica.
- 5- O relatório do Conselho de Administração menciona os factos administrativos mais significativos, complementa as contas e contém referências aos negócios sociais, esclarecendo adequadamente a gestão do exercício.
- 6- Em resultado do exame das contas, em nossa opinião, as demonstrações financeiras quando lidas em conjunto com as notas em anexo, reproduzem os elementos patrimoniais, os registos contabilísticos e os documentos de suporte. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas tal como definidas pelo Banco de Portugal, pelo que representam de forma adequada a situação patrimonial e financeira da empresa à data de 31 de Dezembro de 2013 e os resultados líquidos do exercício findo naquela data.
- 7- Face ao exposto, tendo em consideração a Certificação Legal das Contas e dado que não tomámos conhecimento de quaisquer infracções à Lei e aos Estatutos, somos de parecer:
- 1º - Que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa, a Demonstração de alterações no capital próprio, o Inventário de títulos e as respectivas notas Anexas, referentes ao exercício de 2013;
 - 2º - Que seja aprovada a proposta de aplicação do saldo da conta do resultado líquido do exercício;
 - 3º - Que seja aprovado um voto de louvor ao Conselho de Administração pela forma criteriosa como desenvolveu os negócios da "Luso Partners".

Lisboa, 10 de Março de 2014

José Maria Ribeiro da Cunha
em representação de:
"Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas -"



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de “Luso Partners – Sociedade Corretora, S.A.”, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de 3.788.370 euros e um total de capital próprio de 445.996 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 56.310 euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa, a Demonstração de alterações no capital próprio e o Inventário de títulos do exercício findo naquela data e as correspondentes Notas explicativas.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor e adoptadas na União Europeia, com excepção das matérias definidas nos nºs 2º e 3º do Aviso nº 1/2005 e no nº 2º do Aviso nº 4/2005 do Banco de Portugal (“NCA’s”), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da “LUSO PARTNERS – Sociedade Corretora, S.A.”, o resultado das suas operações, as alterações nos capitais próprios e os fluxos de caixa;
 - b) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; e
 - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;



Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas



- a verificação da aplicabilidade do pressuposto da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam, de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de “Luso Partners - Sociedade Corretora, S.A.”, em 31 de Dezembro de 2013, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa e as alterações no capital próprio no exercício findo naquela data, de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas conforme definidas pelo Banco de Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

ÊNFASES

9. Sem afectar a opinião expressa nos parágrafos 7 e 8, queremos referir que:

A “Luso Partners – Sociedade Corretora, S.A.” encontra-se na situação prevista no nº 1 do artº 35 do Código das Sociedades Comerciais, visto que o capital próprio é inferior a metade do capital social.

O Conselho de Administração deverá, pois, dar cumprimento ao preceituado no citado artigo, convocando a Assembleia Geral a fim de nela se informar os accionistas da situação e de estes tomarem as medidas julgadas convenientes.

Lisboa, 10 de Março de 2014

José Maria Ribeiro da Cunha
em representação de:
“Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas -”

Luso Partners, S.A.
CLC 2013

Rua Adelaide 100, 4º 15º, 1600-055 Lisboa - Portugal
t: +351 21 385 00 22 • e-mail: geral@luso-partners.com • www.luso-partners.com
Inscrita no Registo das S.O.C. com o nº 10 (5001000001)
Registada no Registo de Auditores (RRA) no CNMVM, com o N.º 10

Pág. 2/2

Kreston International
A global association of independent accountants and business advisors